



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE CEILÂNDIA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM TERAPIA OCUPACIONAL

**MYRELA OLIVEIRA DOS SANTOS**

**TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NEGRAS.  
Narrativas de assédios e violências.**

Brasília - DF  
2022

MYRELA OLIVEIRA DOS SANTOS

**TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NEGRAS.  
Narrativas de assédios e violências.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
à Universidade de Brasília – Faculdade de  
Ceilândia como requisito parcial para  
obtenção do título de Bacharel em Terapia  
Ocupacional  
Professor Orientador: dra. Josenaide Engracia  
dos Santos.

Brasília – DF  
2022

## RESUMO

O emprego doméstico no Brasil é majoritariamente composto por mulheres negras. Este estudo abordou as experiências das trabalhadoras domésticas negras sobre situação de assédio e violências no local de trabalho. Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, através do método biográfico. Instrumento: entrevistas semi estruturadas. As entrevistadas foram quatro trabalhadoras domésticas negras. Os dados analisados de forma reconstrutiva dos relatos e identificadas três temáticas: Trabalho infantil; Assédio sexual e assédio moral. Concluindo que toda trajetória das trabalhadoras foi marcada por diversas violências, racismo e assédios. Sendo primordial o investimento do estado em políticas públicas voltadas a essas mulheres.

**Palavras-chave:** Trabalhadoras domésticas. Mulheres negras. Racismo. Assédio. Violências

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	7
<b>METODOLOGIA</b> .....	9
<b>RESULTADOS</b> .....	11
<b>DISCUSSÃO</b> .....	15
<b>REFERENCIAS</b> .....	18

## **Dedicatória**

Dedico este trabalho à minha querida Mainha que sonhou com esse momento muito antes que eu soubesse o que era universidade. Com todo seu amor e luta se fez presente em minha vida em todos momentos que precisei, se tornando para sempre meu maior exemplo de pessoa e o amor da minha vida.

## **Agradecimentos**

Agradeço primeiramente a Jesus pelo consolo nos momentos difíceis, sem o seu amparo não teria finalizado este trabalho. Minha gratidão a minha família, meus pais Joselita e Henrique, meus irmãos Ricardo, Cláudio, Cleudes, Cloves, Eliene, Pedro, Mariane e em especial a Milena que segurou na minha mão me guiando até a UnB. E através deles meus sobrinhos, que me apresentaram o mais puro amor. Agradeço às minhas tias Estelita e Maria Clara por todo cuidado que me ofertaram. E as minhas lindas avós Maria, Esmeralda e Celina que mesmo não estando mais entre nós sempre estarão vivas em meu coração. E a todos meus ancestrais que através de muita resistência prepararam meu caminho.

Minha eterna gratidão à minha orientadora Josenaide Engracia por todo cuidado na minha trajetória acadêmica. Aos meus amigos brasilienses que me acolheram de braços abertos, dividindo as dores e alegrias da graduação, meus sinceros agradecimentos: Bruna Nunes, Fernanda Rocha, Liana Mollo, Luiza Arruda e Vanessa Gomes, pude ver o cuidado de Deus na minha vida através de vocês. A todos meus amigos baianos e em especial a Analia Santos, Erikka Brandão e Matheus Nascimento que me acompanharam na partida, na caminhada e me esperam na volta desta jornada. A Juventude Revolução do Partido dos Trabalhadores que ajudou na construção da minha identidade como estudante e trabalhadora, e a todos amigos e companheiros que a quem compartilhei momentos de luta e afeto. As minhas amigas da república a quem dividi o lar e a vida, meus agradecimentos.

Minha gratidão a todas mulheres que entrevistei e confiaram em compartilhar comigo memórias dolorosas de suas vidas, sem elas este trabalho não existiria. Também sou grata à Universidade de Brasília e ao colegiado de Terapia Ocupacional pela excelência na formação, por ter me ensinado tanto em tão pouco tempo. A todos brasileiros que através de muito esforço do seu trabalho e imposto custearam a minha permanência na universidade. E ao lindo SUS, seus usuários e profissionais que me formaram Terapeuta Ocupacional durante as práticas e estágios.

## **Introdução**

O tema “Trabalhadoras domésticas negras: Narrativas de assédios e violências”, surgiu com o desejo de pesquisar sobre relações raciais, gênero e mundo do trabalho. Culminou com a experiência Programa de Iniciação Científica da Universidade de Brasília (PIBIC) sobre “Trabalhadoras domésticas negras: memórias de assédios e violências” em 2020/2021. Após o final do PIBIC surgiu a necessidade de aprofundar os estudos no formato de Trabalho de Conclusão de Curso. Foi feita uma imersão na temática através dos estudos do professor Joaze Bernardino que analisa as condições do trabalho doméstico e o surgimento do sindicato das trabalhadoras domésticas no Brasil. Considerando que o sindicato é uma importante plataforma de luta para garantia de direitos dessa classe trabalhadora (BERNARDINO, 2015).

No Brasil, o trabalho doméstico tem suas raízes históricas no regime escravista (GUIMARÃES, 2016). Lélia (Gonzalez, 2018) aponta que o desenvolvimento econômico brasileiro é pautado em um modelo escravocrata, conservador e excludente de modernização, que deixa à margem do sistema uma gama de pessoas, uma massa fadada ao desemprego ou ao subemprego. As trabalhadoras domésticas, como tantas outras mulheres negras, representam uma grande parcela dessa massa marginal, como salienta a autora, existe uma articulação entre sexismo e racismo que, no Brasil, funciona como um dos operadores simbólicos do modo como as mulheres negras são vistas e tratadas.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) demonstra que o Brasil em 2018 tinha aproximadamente 6,2 milhões de trabalhadores domésticos, destes 3,9 milhões eram mulheres negras. Dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2013), revelam que a cor ou raça negra é predominante na categoria de trabalhadora doméstica. Em 2019 o mesmo instituto apontou que o trabalho doméstico no Brasil é precário, com baixos salários, pouca proteção social e permeado de discriminação e assédio. Principalmente devido à associação da trabalhadora doméstica à identidade negra ( IPEA,2019).

A pesquisadora Aparecida (Bento, 2002) refere existir desvalorização desta atividade, considerada como uma das que apresentam piores condições de trabalho no país. Silva et al (Silva, 2017) argumenta que entre 2011 e 2014, a proporção de mulheres negras ocupadas nos serviços domésticos, no país, cresceu de 56,9% para 61,0%. Além dessas características, o “emprego doméstico” é referido como acompanhado de isolamento social devido ao confinamento no espaço das residências onde trabalham e vivem (PREUSS, 2000).

O IPEA aponta que em 2009 aproximadamente 30 mil trabalhadoras domésticas brasileiras não recebiam remuneração, estando em uma situação analoga a escravidão (IPEA, 2011).

O serviço doméstico é um dos poucos trabalhos atualmente que é desempenhado dentro da casa de outra pessoa. Silva et al (Silva, 2017) referem que a condição de subalternidade das trabalhadoras domésticas está associada, além da condição étnica, à posição de gênero, pois é uma atividade exercida majoritariamente pelas mulheres no espaço privado. O que favorece situações de assédios e violências para trabalhadoras. São relações laborais que explicitam as profundas diferenças sociais abusivas, sem respeito ou reconhecimento e ficam registradas nas vivências e experiências das trabalhadoras, tal como a Federici (2017) aponta, existe uma relação íntima entre o racismo e sexismo. (FEDERICI, 2017).

Para (Koffes, 1994) o apontamento de que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo aprisionam a mulher negra no mais baixo nível de opressão. E que o trabalho doméstico, da forma como é compreendido na sociedade brasileira, acaba por reforçar a internalização do sentimento de inferioridade dessas mulheres, pois, por vezes, para elas o trabalho doméstico constitui a única forma possível de inclusão no mercado de trabalho.

Diante disso, as trabalhadoras domésticas negras têm experienciado assédios e violências no trabalho? (Avila, Ferreira, 2020) Em um estudo sobre o trabalho doméstico na construção social brasileira, apontam que a elite que hoje contrata o serviço das trabalhadoras domésticas é a descendência dos senhores brancos que no passado usavam da mão-de-obra escrava para realizar os afazeres domésticos. E que muito da relação de exploração e dominação da população preta durante a escravidão ainda está presentes hoje no contexto do trabalho doméstico.

(Corssac, 2020) realizou uma pesquisa no Rio de Janeiro com trabalhadoras domésticas e identificou que de 20 mulheres, 11 declararam ter sofrido assédio ou tentativa de assédio por parte dos maridos de suas patroas quando estas não estavam em casa. Mesmo com esses estudos, há uma dificuldade em encontrar produções acadêmicas com essa temática.

Ainda são poucas as pesquisas sobre a experiência das trabalhadoras domésticas negras que relatam assédio e violências. Daí a necessidade de compreender assédio e violência no âmbito do trabalho, na perspectiva das trabalhadoras negras, objetivando produção de conhecimento sobre essa temática. E assim ajudando para criação de políticas públicas para essa população.



## **Metodologia**

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, biográfico. O estudo biográfico permite a construção dos percursos das pessoas e, através delas, é possível identificar as experiências, os momentos, os reencontros significativos, assim como a valorização dos participantes da pesquisa ao priorizar os princípios da oralidade como meio para a compreensão de fenômenos e situações a partir da narração de uma trama de acontecimentos vivenciados (SANTOS e DAVEL, 2021).

Critério de inclusão: mulheres negras, acima de 18 anos que exerceram, ou ainda exercem o serviço de trabalho doméstico. As participantes foram selecionadas por amostra bola de neve, que mostra-se como um processo de coleta de informações, que procura tirar proveito das redes sociais dos entrevistados para fornecer ao pesquisador um conjunto cada vez maior de contatos potenciais (VINUTO, 2014). As participantes foram quatro mulheres dos estados da Bahia, Goiás e Distrito Federal que atenderam ao critério de inclusão.

As entrevistas foram realizadas de modo online, respeitando as medidas sanitárias contra a pandemia de Covid-19, por vídeo chamada, através do aplicativo Google Meet, para que as entrevistadas pudessem olhar para os rostos das pesquisadoras, proporcionando um momento mais acolhedor e humanizado para que estas mulheres se sentissem mais confortáveis e seguras para compartilhar suas vivências.

O instrumento utilizado foi uma entrevista semiestruturada com perguntas abertas que possibilitaram deixar as entrevistadas livres para relatarem suas vivências. Para (MINAYO 1992) a entrevista semiestruturada é composta de perguntas abertas e fechadas que possibilitam ao entrevistado conversar sobre as questões que lhe foram apresentadas. Com esse instrumento foi possível coletar os relatos das trabalhadoras com mais profundidade e detalhes das situações vividas.

As entrevistas foram realizadas entre março e agosto de 2021 com a duração de aproximadamente uma hora. O início começou com questões norteadoras sobre a experiência no trabalho doméstico. Durante cada entrevista a pesquisadora motivou as participantes que falassem de questões referentes às suas rotinas como trabalhadoras, as perguntas foram abertas e tiveram momentos de esclarecimento de dúvida. Primeiro foram feitas perguntas sobre idade, onde reside, constituição familiar, lugares que já trabalhou para poder compreender um pouco quem é essa mulher o que também possibilitou a construção de um

vínculo inicial antes de entrar diretamente nas questões acerca da vivência de violência no trabalho.

As entrevistas foram transcritas, lidas e relidas e posteriormente analisadas. No primeiro momento foi feita a leitura flutuante para fazer uma análise reconstrutiva inicial do que essas mulheres trouxeram de vivências de assédios e violências. Em seguida, foi dividido em blocos de temas as vivências que apareceram nos relatos de mais de uma entrevistada, para Rosenthal, essa etapa dedica-se apenas aos dados que podem ser vistos como razoavelmente independentes da interpretação do entrevistado sobre sua própria vida, excluindo assim relatos baseados em sentimentos e percepções do sujeito, já que estes serão considerados de maneira sistemática em etapas subsequentes da análise (ROSENTHAL, 2004).

Outro passo de análise adotado para se chegar à identificação do interesse de apresentação do entrevistado, evidenciados pelos campos temáticos em torno ao qual ou aos quais se desenrola o relato da vida do entrevistado, valendo-se de recursos discursivos variados, como argumentação, descrição, assim como a própria narrativa (ROSENTHAL, 2004). Santos et al relata que posteriormente, os pesquisadores procedem à reconstrução biográfica, distinguindo-se e confrontando do entrevistado a vida narrada, com a interpretação da vida vivenciada (SANTOS, 2014). Ampliando a compreensão de como a percepção social de eventos é constitutiva da interpretação individual da própria biografia.

O projeto foi aprovado no comitê de ética do Instituto de Ciências Humanas da UnB CAEE 93576518.1.0000.5540, número do Parecer: 2.927.031. Todas as entrevistadas assinaram um termo de consentimento livre autorizando gravar e usar suas falas para a pesquisa. A qualquer momento, mesmo com a entrevista já iniciada, elas poderão desistir.

Segundo dados do IPEA, as mulheres negras são o grupo brasileiro menos remunerado. O principal fator que explica essa desigualdade são as discriminações de gênero e raça, enquanto em 2009 sua média de renda mensal era de 544,40 reais a de homens brancos era de 1.491,0 reais. Ainda nesse ano 21,8% das brasileiras negras ocupadas eram trabalhadoras domésticas. Destas, 75,4% não possuíam carteira assinada, fator que complica o acesso à direitos no presente e a aposentadoria no futuro. O que levam obrigam elas a trabalharem muito durante a velhice, lembrando que boa parte delas iniciam o serviço na infância o que gera uma altíssima jornada de anos trabalhados ao longo da vida (IPEA, 2011).

O IPEA também aponta que as mulheres negras são o grupo que mais chefiava famílias com filhos e sem parceiros. Levantamento continua trazendo que as famílias negras residem em lugares mais precarizados comparado às famílias brancas no Brasil (IPEA,2011). Com esses dados entende-se o contexto social dessas trabalhadoras, mulheres que vivenciam diariamente uma alta carga horária no trabalho doméstico, que chegando em suas residências ainda possuem tarefas de cuidado com a sua família para serem realizadas. Sendo um cotidiano atravessado pela exaustão.

## **Resultados**

Na análise foram encontradas temas relacionados às memórias de violência e assédio quando trabalhadoras domésticas negras (Oliveira,2008) argumenta que o sexismo, opressão de classe e racismo marcam, de modo estrutural, a vida dessas trabalhadoras domésticas. Na análise foram encontrados diferentes relatos sobre assédio e violência, foram escolhidas três temáticas que mais apareceram na biografia das participantes. Sendo essas: Trabalho na infância; Assédio sexual; Assédio moral. Segue abaixo recortes de falas das entrevistadas sobre suas vivências de violência.

### **Assédio sexual**

O assédio sexual é o “ato de constranger alguém com gestos, palavras ou com emprego de violência, prevalecendo-se de relações de confiança, de autoridade ou empregatícia, com o escopo de obter vantagem sexual” (DINIZ, 1995). É necessário considerar, como argumenta (Corossacz, 2020), que as condições do trabalho doméstico remunerado são constantemente produzidas a partir da imbricação entre racismo, sexismo e desigualdades de classe, o que facilita o assédio sexual por parte dos empregadores. Conforme depoimento :

“Eu ficava com vergonha e ficava pensando meu deus, acho que esse povo tá tudo é doido né. E eles ficava desse jeito e eu não tinha o costume de ver ninguém com essas conversas besta comigo.” E1

“Eles caladinho lá depois veio com aquele monte de chave né e chamou: Xxxxxx vem cá. E pôs aquele monte de chave na minha mão e falou: Isso aí é tudo seu. Era a casa para mim morar com os meus filhos né. Aí eu: Não, doutor eu sou casada eu tenho meus filhos

mas o marido atrapalhou, me pôs dentro do carro veio aqui pra acreditar, pra me mostrar meus filhos, mostrar marido pra falar que era verdade né. Mas eles falava que eu era muito bonita e eu feia desse jeito. Aí eles endoidou me chamando para ir para lá. [...] Disse que me levava mais os meninos né, que ia me por no melhor colégio que tivesse né que eles ia me pôr para estudar e meus filhos também. E não queria, não era pra mim trabalhar fazendo era pra ser esposa deles né.” E1.

(Silva e Brasil, 2020) citam que a categoria das trabalhadoras domésticas, desprezadas socialmente e precarizadas legalmente, está entre as principais vítimas do assédio sexual.

“O último veio tentar me apalpar, na primeira vez, na segunda deu um tapa na minha nádega, porque eu não fiz o que ele queria. Aí nessa aí eu entrei em desespero, comecei a chorar e quando ela chegou eu contei, ela ficou em uma situação nervosa, mais do que eu que tinha passado a situação, porque ela acobertava ele, acobertava não, acoberta, entendeu?” E3.

Nos depoimentos acima, podemos ver que o patrão assediador conforme argumenta Silva e Brasil(2020) utiliza do espaço de convivência e da confiança que se estabelece - quer pelos laços de afinidade, quer a partir das relações de subordinação- para assediar e apostando na invisibilidade e não denúncia da violência. O empregador se sente protegido pela inviolabilidade do lar e se vê no direito de dispor dos corpos das trabalhadoras.

### Trabalho na infância

As trabalhadoras domésticas começam na sua grande maioria na infância o seu trabalho. O Tribunal Superior do Trabalho (Brasil, 2021) afirma que o trabalho infantil doméstico viola os direitos humanos de crianças e adolescentes à vida, à saúde, à educação, ao lazer, e ainda acarreta prejuízos que comprometem o seu pleno desenvolvimento físico, psicológico, cognitivo e moral. Todas as quatro entrevistadas relataram ter iniciado no trabalho doméstico antes de chegar à idade adulta.

“É comecei muito cedo né. Era muito sofrimento né, não tinha aquela coisa de brincar de passear né já não estudava não fazia nada, era mesmo trabalhando em coisa era luta né”. E1.

"É, comecei muito pequena né e trabalhava na fazenda né. Tirava os meus pais mexia com aquele gado né, desnatado leite né e era eu ali cuidando né. Levando comida na roça montada naqueles cavalos Aquelas boi vinha e corria atrás da gente, a gente saia tudo doido

ali. Vacas chifrando pra pegar a gente em cima daqueles cavalos. E muita coisa cada uma pior de que a outra né isso foi em Minas né. Aí foi indo foi indo depois vim para cá pra Brasília, aí cheguei aqui. Lá era trabalhando também quando sair da roça eu fui trabalhar com as pessoas em Montes Claro né olhando criança, fazendo comida.“. E1

Outro ponto relacionado diretamente ao trabalho infantil é a privação da educação. Todas elas já trazem um pensamento sólido que o motivo pelo qual elas não conseguiram acesso à educação na infância e tiveram seu aprendizado interrompido ou não iniciado, foi devido a obrigação de já estar no trabalho doméstico.

“A minha irmã, eu estudei eu acho que com 11 anos de idade minha primeira escola, 11 anos de idade. Nessa época a minha irmã engravidou na adolescência, nessa mesma época eu sou obrigada a sair da escola pra tomar conta dessa criança com três meses de idade, uma criança também e aí é o meu estudo, o que diz assim o que está relacionado à educação ao meu é ao aprendizado, sempre ficou aquela lacuna, entendi?” E3.

“As minhas primeiras oportunidades infelizmente ou felizmente me ensinaram que eu deveria trabalhar logo cedo. Então aos 12, 13 anos eu já olhei uma criança, olha a oportunidade que eu tive né. A tarde em vez de eu ir estudar eu tinha que olhar uma criança com 13 anos quase do meu peso né para poder ter um absorvente né, para poder isso já é tido como um trabalho né e que só que a pessoa que eu prestava esse serviço ela não só fazia eu olhar a criança mas fazia eu ir lavar os pratos dela viu entendeu, então assim eu comecei a trabalhar na casa dos outros desde 13 14 anos.” E4.

“Quando minha mãe faleceu eu fui morar com a família dela né, com minha parte materna de certo modo que eu voltei a ajudar as pessoas na cozinha e teve uma certa vez que me encaminharam, me levaram né porque eu era órfã me levaram para uma casa dos brancos e falaram assim ó: Você vai morar nessa casa agora, vai lavar roupa, vai fazer unha. E isso assim me marcou né, porque eu como assim? Pra que? Você vai olhar esse menino aqui enquanto a gente trabalha, você vai ter tudo isso final de semana, você vai sair com a gente, vai viajar. Só que me deu um estalo, peraí não é pra isso que minha mãe me fez não, não aceitei esse convite. A mais você vai perder tudo isso, vai ficar aqui na roça, o que é que a roça tem a lhe oferecer? Eu falei cabou. ” E4.

Note-se que os padrões se utilizam da divisão social de classe, gênero e raça/etnia, para explorar as meninas na sua tenra infância, o que reitera a situação de assédio. Isso segundo (Silva e Brasil, 2020) produz formas determinadas de opressão e de privilégio social que não podem ser ignoradas na análise do assédio no trabalho doméstico.

## Constrangimento e humilhação/ Assédio moral

(Soares e Duarte, 2014), o assédio moral utiliza-se da manifestação verbal, com a esperteza de camuflar suas ações, na maioria das vezes age de forma silenciosa, de olhares de desprezo, suspiros, sorrisos, tratamentos diferenciados. É uma violência que deixa sequelas psicológicas, como depressão, ansiedade entre outros sintomas. As entrevistadas relataram vivenciar situações de humilhação durante o exercício do trabalho que lhe geraram sofrimento. Situações em que elas foram acusadas de furto, tiveram a alimentação restringida e sofreram racismo.

A entrevistada relata que em diferentes casas em que ela trabalhou ela foi lida como ladra, foi acusada de ter roubado um objeto e foi obrigada pela patroa a procurar no lixo do banheiro com as mãos o tal objeto. Essa foi uma violência moral, uma situação onde ela foi constrangida e humilhada pela patroa que ao colocá-la para revirar o lixo a desumanizou. Vivenciar situações como essas causa um grande impacto negativo na saúde mental.

“ E aí quando sumiu, desapareceu, ela ficou assim perdidinha, que tinha que assumido e que tinha colocado ali e só eu tinha é, só eu entrando ali naquele local, e aí foi aquela humilhação, foi aquela coisa, acusação. Eu só sei que nessa época ela me fez com que eu mexesse no lixo no banheiro com a mão, tinha lixeira lá, ela fez com que eu tirasse todos os lixos do banheiro para procurar, eu acho que era um alfinete, não sei bem o que era, mas era algo de cabelo, era uma coisa assim, não sei se tinha valor, mas aí ela fez com que eu enfiasse a mão, colocasse a mão no lixo do banheiro pra ter que achar.” E 2.

“E nesse período eu trabalhei em uma casa e fui testada é a minha patroa ela tinha colocado dentro de um bolso, assim de uma roupa, que eu fazia faxina lá um dia da semana eu ía, arrumava tudo e no outro dia na semana específico, era pra lavar e pra passar, e nessa época aí, ela me testou com duzentos e sessenta reais e quando, era bastante dinheiro naquela época, e quando eu fui pegar a roupa, pra lavar essa roupa, tinha lá essa quantia, só que eu peguei esse dinheiro e devolvi, devolvi nas mãos dela e aí, eu fui ver a reação dela, pude perceber que ela estava sim, me testando, só pela reação assim, da fisionomia dela, o que ela demonstrou que passou pra mim, foi que ela tava me testando, porque ela ficou assim toda sem jeito, depois que eu devolvi e assim, se passou.” E2.

Outra situação de sofrimento que as mulheres relataram era passar por privações de alimentação, onde elas só eram permitidas comerem os restos após a família finalizar a refeição. Essa situação é um ato de violência muito grande, é uma humilhação passada

diariamente, que gera angústia. Pois com isso o patrão demonstra à trabalhadora que ela vale menos do que ele, já que ela come o que sobra, também se caracteriza como um ato de desumanizar a trabalhadora. Comer as sobras da mesa do branco é uma situação que já era vivenciada pelos escravizados e infelizmente ainda acontece. Segue trecho dos relatos:

“Teve um tempo que eu estava atrapalhando lá, na hora do almoço, na hora do almoço, ela fazia a refeição dela, ela fazia a refeição. Eu comia o resto pra falar a verdade, eu me alimentava do resto. E assim foi, muitas vezes, muitas vezes, né. Na hora da alimentação, eu ia me alimentar era tudo assim, medido, tudo vigiado. Eu fiquei assim meio que preocupada de abrir a geladeira, porque era sempre, naquela vigia, era mais, ela era mais ,por causa da alimentação.” E2

“Olhava para a gente pelo menos pra mim do pé a cabeça, é às vezes tinha até nojo, quando eu lavava o copo mesmo que dava água, pegava o copo sem querer tocar na minha mão, enfim porque eu sou negra, porque eu era negra e aí é bem frustrante, bem é terrível.” E2.

“Eu achava que era escravidão, porque a gente tinha que trabalhar como eles queriam e na hora da alimentação, alimentação que sobrasse, que ficasse por ultimo né, uma sala diferenciada com uma porta no meio que na hora da janta fechava a porta e a empregada ficava recoada, fosse baba, fosse o que fosse, aquele grupinho tinha que ficar ali recuado até a hora do ultimo prato sair da mesa pra poder tirar a mesa e o que sobrasse tinha que comer.” E3.

## **Discussão**

Os resultado da pesquisa aponta que o trabalho infantil é considerado uma violência. As entrevistadas relatam que iniciaram na primeira infância no serviço de cuidar de outras crianças menores que eram filhos dos patrões e após isso outras atividades domésticas como cozinhar, lavar entre outras eram adicionadas. O Estatuto da Criança e do Adolescente ECA ancorado na Lei nº 8.069 converge com a leitura das entrevistadas onde o trabalho doméstico infantil é tido como um crime pois é uma violência que impede o desenvolvimento pleno da criança (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 2012). Porém ele ainda é presente no cotidiano de muitas meninas negras, principalmente as que residem nas regiões mais rurais do país.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua PNAD, realizada em 2016, aponta que o Norte e o Nordeste têm a maior quantidade de crianças no trabalho infantil,

sendo que metade 20,1 milhões realizavam afazeres domésticos, entre o grupo de 5 a 13 anos 71,8% eram negros e pardos e apenas 26% destes eram remunerados (IBGE, 2016). Elas trazem que a inserção no trabalho durante a infância não foi por escolha, mas por necessidade de ajudar na sobrevivência financeira de sua família e garantir as suas. Isso é corroborado com a pesquisa de Joaze, que evidencia que a maior parte das trabalhadoras sindicalizadas também referem ter começado na infância (BERNARDINO, 2015). Trazendo como uma memória dolorosa serem tiradas de seu território junto a sua família para irem para um ambiente desconhecido, a casa do patrão, deixando-as em situações de vulnerabilidades e comprometendo seu desenvolvimento principalmente por serem impedidas de brincar e não interagirem com outras crianças e como crianças, considerada uma violência que trará danos para todas as fases de sua vida (AOTA,2020).

Os resultados também apontam sobre o assédio sexual. As entrevistadas descrevem as várias situações que sofreram com diferentes padrões e identificam esses momentos como abuso. No Brasil o assédio sexual no trabalho é tido como crime amparado na lei 10.224, sendo o ato de usar da posição hierárquica do trabalho para contrariar com elogios inapropriados, olhares, toques com o objetivo de obter vantagem ou favorecimento sexual (BRASIL, 2001). Assim como com o trabalho infantil acontece com o assédio, mesmo sendo crime ainda é muito presente no cotidiano delas. O ambiente do trabalho doméstico é um local fechado, mesmo com outros membros da família em casa, muitos momentos elas ficam sozinhas com os homens. Isso proporciona ao agressor um ambiente propício para assediar essas trabalhadoras. As trabalhadoras referem que o assédio chegou na forma de elogios disfarçados, propostas indecentes, barganha e violência física. Trazem que no momento sentiram vergonha, nervoso, ficaram constrangidas e choraram.

Outra forma de assédio sexual é a barganha, ofertar promoções ou demissão em troca de favores sexuais. Essa barganha também está presente na fala das entrevistadas onde o patrão oferece moradia e acesso à escola para ela e seus filhos em troca de favores sexuais. Ao longo da vida elas relataram que os salários eram extremamente baixos, não sendo suficiente para suprir a alimentação básica, passando por privação alimentar e não conseguindo custear educação para seus filhos. Então, o patrão usa da situação de vulnerabilidade da mulher, que em parte era causada por ele não pagar um salário digno e pelo desamparo do governo, para barganhar favores sexuais em troca de itens que deveriam ser direitos. Angela Davis traz o entendimento de que as escravas não eram vistas como mulheres para os senhores, e sim



como fêmeas reprodutoras e que estes usavam o estupro como uma forma de domínio e controle (DAVIS, 1981).

Denunciar e comprovar legalmente assédio sexual dentro de empresas não é simples, a vítima precisa além do seu relato levar provas como filmagem e depoimento de testemunhas. No contexto da trabalhadora doméstica essa dificuldade se intensifica visto que o ambiente de trabalho é a residência do abusador. Na maioria das vezes, não há testemunhas, as entrevistadas confirmam ter sofrido assédio em momentos que estavam a sós com o patrão. E infelizmente nenhum dos assediadores das entrevistadas chegaram a ser denunciados e punidos. Esses homens hoje carregam a segurança da impunidade, eles olham o corpo da mulher negra como um corpo sem alma, de uma pessoa vulnerável que a qualquer momento ele poderá violar sem ser punido. O assédio é uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário sobre as trabalhadoras negras (DAVIS, 2016).

E nesse contexto é importante olhar para a figura da mulher branca, que tem o papel de esposa desses homens que assediam as trabalhadoras em seu local de trabalho. Diante dessas situações essas mulheres não conseguem olhar para a trabalhadora como vítima de seus maridos. O que acontece é a escolha em tentar justificar o assédio do seu marido sendo culpa da trabalhadora, como se ela o tivesse provocado ele a cometer o ato. Gerando mais uma violência, a culpabilização da vítima, que infelizmente é muito comum em diversos cenários de assédio sexual. A também as esposas que quando descobrem a situação de assédio acha como solução a demissão da trabalhadora, não oferecendo nenhum apoio para enfrentamento dessa violência.

As trabalhadoras também identificam como violência as diversas situações de assédio moral que sofreram como serem acusadaa de roubo, Lelia Gonzalez faz uma classificação de alguns estereótipos que a sociedade coloca sobre a população negra, como o do negro ladrão, mãe preta e a mulata (GONZALEZ, 2018). Outras violências como dormir na rua, revirar lixo e comer sobras de alimento também foram relatadas. Além dessas situações de humilhação, elas identificaram sofrer racismo no trabalho, com agressões verbais voltadas a sua cor e cabelo. Elas referem que após passar continuamente por essas violências começaram a sentir profunda tristeza, que transbordavam na forma de choro, pânico durante o trajeto, medo e angústia. O Tribunal Superior do Trabalho traz que assédio moral como exposição a condutas de humilhação e constrangimento no trabalho, sendo entendida como uma violência pois traz danos a dignidade e integridade física e psíquica da vítima (TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, 2018)

Angela Davis traz que ter trabalhadora doméstica em casa era como um item de conforto para casais brancos, que usavam da exploração destas para realizar todas as tarefas que deveriam ser divididas entre eles (DAVIS, 2016). As entrevistadas identificam a interação com a patroa como abusiva. A cena mais violenta relatada foi quando a patroa obriga a trabalhadora a revirar o lixo do banheiro em busca de uma joia que a poucos instantes atrás tinha acusada de furtar. A mesma trabalhadora identificou que nessa época sentia dores generalizadas, cefaléia, crise de choro, angústia e pânico, sintomas que são causados pelo assédio moral (TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, 2018). Outro ponto em comum, é como foi doloroso se perceberem em todas essas situações de assédio moral e sexual e não ter a possibilidade de sair do emprego, pois dependia do salário para sustentar a si própria e sua família. Para (Corossacz, 2014), ainda são poucos os estudos sobre o trabalho doméstico no que diz respeito à relação entre empregador e empregada doméstica.

### **Considerações Finais**

As mulheres negras entrevistadas possuem inúmeras memórias de violências e assédio que sofreram no contexto de trabalho. Essa violência se inicia com a necessidade de sobrevivência financeira da família, que leva ao trabalho infantil doméstico, contexto que priva o brincar, educação e lazer, comprometendo pleno desenvolvimento das crianças. Na vida adulta, a violência vem com o assédio sexual e moral. Em ambas as fases da vida, o racismo constrói pilares na trajetória do trabalho doméstico. Sendo imprescindível para a Terapia Ocupacional discutir essa temática, a fim de construir tecnologias relacionais e construir recursos para enfrentamento da violência e seus efeitos na cotidianidade dessas mulheres.

Salienta-se também a necessidade de investimento do estado em ações nas áreas de educação e trabalho, para que o emprego doméstico não seja a única opção ofertada a essas mulheres e que o trabalho infantil seja combatido de forma efetiva. Simultaneamente, é importante ações que promovam debate entre as trabalhadoras sobre racismo, assédio sexual e moral, incentivando a denúncia e rompendo os silenciamentos, causados pelo racismo. É necessário preparar as delegacias para fazerem um acolhimento humanizado das vítimas, validando suas narrativas e efetivando a punição aos agressores.

Afirmamos também que o fortalecimento dos sindicatos de trabalhadoras domésticas, possibilita o empoderamento, autonomia e a denúncia. Sabemos que ainda há muito a ser feito para diminuir a violência no contexto do trabalho doméstico.

## Referência

- AVILA, Maria Betânia e FERREIRA, Verônica. **Trabalho doméstico remunerado: Contradições estruturantes e emergentes nas relações sociais no Brasil.** *Psicologia & Sociedade* [online]. 2020, v. 32 [Acessado 17 Abril 2022] , e020008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32242869>>. Epub 04 Set 2020. ISSN 1807-0310. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32242869>.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze. **Saberes subalternos e decoloniadade: Os sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil.** Brasília. Editora Universidade de Brasília, 2015.
- BENTO, Maria Aparecida Silva; CARONE, Iray. (orgs.). **Psicologia Social do racismo: estudos sobre a branquitude e branqueamento no Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- COROSSACZ, Valéria. **Assédio sexual no emprego doméstico.** Revista do Programa avançado de cultura contemporânea. Rio de Janeiro. ANO XV n. 2. 2020. Disponível em: <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/assedio-sexual-no-emprego-domestico/> Acessado em: 18 out. 2021.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe.** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016. ISBN 978-85-7559-508-4. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4248256/mod\\_resource/content/0/Angela%20Davis\\_Mulheres%2C%20raca%20e%20classe.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4248256/mod_resource/content/0/Angela%20Davis_Mulheres%2C%20raca%20e%20classe.pdf). Acesso em: 16 set. 2022.
- DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (2013, agosto). **O emprego doméstico no Brasil.** Estudos e Pesquisas, 68. São Paulo: DIEESE. Recuperado a partir de <https://www.dieese.org.br/estudosetorial/2013/estPesq68empregoDomestico.pdf>
- DINIZ, J. J. B. **O assédio sexual para com a mulher trabalhadora e o conseqüente pedido de indenização por danos morais.** In: Repertório IOB de jurisprudência. São Paulo: IOB, set./1995, n. 17/95, p.240
- FEDERICI, Silvia. “**Commoning the City: from survival to resistance and reclamation**”. *Journal of Design Strategies*, New York, v. 9, n. 1, p. 33-37, 2017.
- GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008. ok
- Gomes, D., Teixeira, L., & Ribeiro. J. (2021). **Enquadramento da Prática da Terapia Ocupacional: Domínio & Processo 4ª Edição.** Versão Portuguesa de Occupational Therapy Practice Framework: Domain and Process 4th Edition (AOTA - 2020)
- GONZALEZ, L. **Racismo e sexismo na cultura brasileira.** In: GONZALEZ, L. Lélia Gonzalez: Primavera para as rosas negras São Paulo: Diáspora Africana, 2018b. p. 190-214.
- GUIMARÃES, Antonio . **Formações nacionais de classe e raça1** 1 . Este artigo é uma versão ampliada e modificada de uma conferência proferida em agosto de 2015 no simpósio Os Negros e as Cidades Brasileiras (1890-1950), no Centro Universitário Maria Antonia (Ceuma-usp), São Paulo. Agradeço os comentários de Benno Alves, Edison Bertoncetto, Flávia Rios, Matheus Gato e Válter Silvério. . *Tempo Social* [online]. 2016, v. 28, n. 2

[Acessado 15 Setembro 2022] , pp. 161-182. Disponível em:  
<<https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2016.109752>>

IBGE INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). **PNAD Contínua 2016**. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, Brasília, 2016. Disponível em:

[genciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/18383-pnad-continua-2016-brasil-tem-pelo-menos-998-mil-criancas-trabalhando-em-desacordo-com-a-legislacao](http://genciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/18383-pnad-continua-2016-brasil-tem-pelo-menos-998-mil-criancas-trabalhando-em-desacordo-com-a-legislacao). Acesso em: 16 set. 2022.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Os desafios do passado no trabalho doméstico no século XXI**: Reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD contínua. Brasília: Ipea, 2019

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 4 ed. Brasília: Ipea, 2011.

Koffes, S. (1994). **Experiências sociais, interpretações individuais**: histórias de vida. Cadernos Pagu, 3, 117-141. Recuperado de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1725>

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente** , Brasília: Camara, v. 9, 2012. Disponível em: [https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/camara/estatuto\\_crianca\\_adolescente\\_9ed.pdf](https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/camara/estatuto_crianca_adolescente_9ed.pdf). Acesso em: 16 set. 2022.

Lei n. 10.224, de 15 de maio de 2011. Altera o Decreto-lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre o crime de assédio sexual e dá outras providências. Publicação no Diário Oficial da União – Seção 1 – Eletrônico – 16.5.2011, p. 1. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110224.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110224.htm) . Acesso em 31: out. 2021.

MINAYO, Maria. **O Desafio do Conhecimento**: Pesquisa Qualitativa em Saúde. São Paulo: Hucitec/Rio de Janeiro: Abrasco, 1992.

MORÉ, Carmen. **A entrevista em profundidade ou semiestruturada, no contexto da saúde**: Dilemas epistemológicos e desafios de sua construção e aplicação. Investigação Qualitativa em Ciências Sociais. SC, Florianópolis. Volume 3. Pág 126-131. 2015.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016 .

OLIVEIRA, Maria Creuza. “**A organização das trabalhadoras domésticas no Brasil**”. In: ÁVILA, M. Betânia; PRADO, Milena; SOUSA, Tereza; SOARES, Vera; FERREIRA, Verônica (orgs.) Reflexões feministas sobre informalidade e trabalho doméstico. Recife: Sos Corpo, 2008, p. 109-116

PREUSS, MRG. **A Dinâmica simbólica do emprego doméstico** . Uma abordagem biográfica. Sexualidade -gênero e sociedade, 12/13: 10- 15, 2000 ok

ROSENTHAL, Gabriele. **Biographical method**: biographical research. In: C. Seale; G. Gobo; J. F. Gubrium; D. Silverman (Orgs.). *Qualitative research practice*. London: Sage, p. 48-64, 2004

SILVA, Christiane Leolina Lara; ARAUJO, José Newton Garcia de; MOREIRA, Maria Ignez Costa e BARROS, Vanessa Andrade. **O Trabalho de empregada doméstica e seus impactos na subjetividade**. *Psicologia em Revista*. Belo Horizonte. [online], , n.1, vol.23, ISSN 1677-1168. 2017, p. 454-470 . Disponível em:  
<https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2017v23n1p454-470> Acesso em: 3 out. 2021. ok

SILVA, Daniel Teixeira; BRASIL, Mariane Lima Borges. **O assédio sexual às trabalhadoras domésticas e a dificuldade probatória** : um olhar sobre o tema e a justiça do trabalho brasileira à luz da teoria interseccional de análise social. *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3. Região*. Belo Horizonte, v. 66, n. 101, p. 183-215, jan./jun. 2020. Disponível em:  
<https://sistemas.trt3.jus.br/bd-trt3/bitstream/handle/11103/67564/Revista%20TRT-3%20-101-183-215.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acessado em: 20 out. 2021.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO (Brasil). Secretaria de Comunicação Social do TST. **Cartilha de Prevenção ao Assédio Moral Pare e Repare**: Por um Ambiente de Trabalho mais Positivo. Brasília: [s. n.], 2018. 22 p. v. 1. Disponível em:  
<https://www.tst.jus.br/documents/10157/55951/Cartilha+ass%C3%A9dio+moral/573490e3-a2dd-a598-d2a7-6d492e4b2457>. Acesso em: 16 set. 2022.

VINUTO, J. **A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa**: um debate em aberto. *Tematicas*, Campinas, SP, v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014. DOI: 10.20396/tematicas.v22i44.10977. Disponível em:  
<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em: 31 jul. 2022